

Estudo Técnico Preliminar 191/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23421.003436.2023-08

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada em serviços de controle de vetores e pragas urbanas, dentre elas insetos, aracnídeos e roedores não protegidos pela legislação ambiental em vigor, nas dependências internas e externas da Reitoria, do Centro de Tecnologia e Cultura "Luzia Vieira de França" na Unidade Rio Branco, do Centro Tecnológico Mineral Prof. José Yvan Pereira Leite em Currais Novos e dos campi: Natal - Zona Leste, Lajes, Cidade Alta, Parnamirim, Nova Cruz, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Canguaretama, São Paulo do Potengi, Mossoró, Currais Novos, Ipanguaçu, Natal-Zona Norte, Natal-Central, Apodi, Santa Cruz, João Câmara, Pau dos Ferros, Macau, Caicó e Jucurutu, a fim de proporcionar um ambiente salutar à toda a comunidade que utiliza as suas dependências (servidores, alunos, terceirizados e visitantes).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
IFRN - Reitoria	Claudio Manoel Beserra Filho
IFRN - Reitoria	Emanuel Henrique Gomes Paiva
IFRN - Campus Avançado Lajes	Jader Luiz Lima de Freitas
IFRN - Campus Avançado Lajes	Elton da Silva Freitas
IFRN - Campus Avançado Natal - Zona Leste	Pollyana de Carvalho Medeiros

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Quanto aos requisitos da contratação, abordando os aspectos relacionados à acessibilidade para pessoas com deficiência e outras condições específicas, é importante a exigência de uso, na execução dos serviços, somente produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, aprovados pelo Ministério da Saúde/Anvisa, bem como de

acordo com a legislação vigente. O registro do saneante domissanitário no Ministério da Saúde/ANVISA em uso é obrigatório, mesmo que o referido saneante seja de ampla aceitação no exterior.

Logo, o uso de produtos importados sem o devido registro no MS/ANVISA não é permitido. Além disso, o fabricante de desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas também deve estar registrado e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas sobre CTF /APP também devem ser rigorosamente seguidas, bem como a empresa de prestação de serviços de controle de pragas domésticas devem estar consonante com a orientação da IN IBAMA nº 6/2013 e nº 11/2018.

Deve ser definido o prazo de reutilização/reocupação das áreas onde houve intervenção, para cada tipo de serviço, resguardando a saúde e bem estar das pessoas e animais que ali frequentam ou estão instalados, consoante com o ingrediente ativo utilizado no serviço. Desse modo, tem-se uma forma de melhor atender às pessoas hipersensíveis e/ou alérgicas, mitigando o risco de intoxicações.

Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho profissional. Além disso, a empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

No tocante à sustentabilidade, conforme os critérios elencados no art. 5º da Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, destaca-se para essa demanda o inciso II: que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Assim, sempre que possível, recomenda-se o manejo integrado de pragas. A correta aplicação de desinfestantes constitui uma técnica útil e eficiente; porém, para melhores resultados, o uso de desinfestantes deve ser

combinado com outras práticas de manejo, visando a preservação dos inimigos naturais.

Caberá à contratada a realização do controle/combate global de pragas e vetores de modo preventivo ou corretivo em cada edificação, contemplando cupins, moscas e mosquitos, formigas do gênero *Atta*, formigas de interiores, baratas, aranhas, escorpiões, vespas (maribondos), ratos e ratazanas.

A empresa especializada somente poderá ser contratada se devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente. Em caso da empresa instalada situar-se em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal, a mesma está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

No que tange a logística reversa, a empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte; de forma que o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/importador.

Logo, a empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.

A empresa especializada contratada fica ciente que caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada, que deve guardar os comprovantes da referida destinação e que o estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

Além disso, é importante frisar que a empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfestantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados; bem como realizar lavagem técnica das embalagens, conforme orientado por literatura técnica.

A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009. Em caso de não haver sistema de logística

reversa local, a empresa contratada é obrigada a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as mesmas obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial firmado com a União.

Por fim, de modo a permitir maior atratividade e concorrência, além de fomentar a participação de empresas locais, sugerimos que seja possibilitada a contratação mediante lotes de acordo com os municípios de cada campi do IFRN, que fazer parte do órgão gerenciador deste ETP, a saber: Natal (Reitoria, Campus Avançado Zona Leste e CTC Luiza Vieira de França), Currais Novos (CT Mineral Prof. José Yvan Pereira Leite) e Lajes (Campus Avançado).

5. Levantamento de Mercado

Com relação às soluções para atendimento da demanda ora em comento, após realizada na prospecção e análise das alternativas possíveis entendemos que a melhor opção é a contratação de empresa especializada no controle de pragas e vetores, ou seja, similar às contratações feitas por outros órgãos, a saber, contratação tomando-se como base a área das edificações e/ou áreas abertas para quantificação dos serviços. Entretanto, é importante destacar que para o caso pretendido pelo IFRN, recomendamos que seja estimado o número mínimo de 3 intervenções anuais em cada edificação como forma de atuar de modo preventivo e alcançar maior eficácia.

Conforme disposto na Resolução nº 52/2009-Anvisa, a empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho. A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

Ainda, de acordo com o levantamento de mercado, pode-se afirmar que há quantidade suficiente de empresas especializadas de modo que não se configura caso de oferta restrita.

6. Descrição da solução como um todo

Os serviços deverão ser executados mediante agendamento. O agendamento para a execução dos serviços será feito mediante email

institucional e contato telefônico, tendo a contratada o prazo de 10 (DEZ) dias corridos, contados a partir do recebimento do referido email, em ação única ou parcelada em comum acordo com a fiscalização do contrato.

Cabe a contratada prestar os serviços contratados rigorosamente de acordo com o Termo de Referência, observando as especificações constantes no Edital e seus Anexos e não promover a subcontratação dos serviços, no todo ou em parte, do objeto licitado;

O prazo de garantia dos serviços não poderá ser inferior ao período estabelecido na especificação do item presente no edital (90 dias). Em caso de reinfestação, o serviço de reforço deve ser realizado, sem ônus para a contratante e utilizando-se os mesmos critérios estabelecidos para o serviço original. Alternativamente, o ingrediente ativo ou método utilizado para o serviço de controle original poderá ser substituído, a critério do fiscal designado pelo IFRN para supervisão do serviço original.

A contratada será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar à Contratante em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de NORMAS AMBIENTAIS ligadas à utilização de produtos ou condutas utilizadas nos serviços executados.

Os serviços de controle de vetores e pragas urbanas deverão ser executados de acordo com as normas ABNT NBR 15584-1, ABNT NBR 15584-2, ABNT NBR 15584-3, Resolução Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009 ou mais recente e legislação específica adicional.

As especificações técnicas para serviços devem ser observadas de acordo com a respectiva praga/vetor a ser controlada, preventivamente ou de modo corretivo.

6.1. Controle de cupins

Para o controle de cupins deverá ser definido o ingrediente ativo dos desinfestantes usados para os cupins de solo e cupins de madeira seca. O tratamento deverá ser efetuado nas instalações, edificações e demais áreas previstas nesta especificação, da seguinte forma, conforme a necessidade e o tipo de cupim: a) Barreira química: deverá ser injetado desinfestante, a cada 40 cm, com o uso de equipamento específico, ao redor das edificações e árvores existentes, com o objetivo de impedir novas infestações. Nesta operação visa-se atingir os túneis feitos pelos cupins nas proximidades e interior da alvenaria, impedindo, assim, o seu acesso à fonte de alimento (papel, tecido, madeira), que se localiza no interior dos imóveis. b) Pulverização por alta pressão, em todo o madeiramento de sustentação do

telhado e no madeiramento existente no local, incluindo portais, forro e outros, seguido da retirada dos túneis dos cupins; c) Peças individuais: além da pulverização do exterior da peça em questão (armários, mesas, bancadas, etc), deverão ser efetuados orifícios com brocas de aço apropriado nos portais danificados pelos cupins, para tratamento dos focos devidamente identificados, onde deverá ser injetado desinfestante. d) Remoção de colônias: as colônias identificadas nos ambientes internos ou entorno, inclusive em árvores, deverão ser removidas individualmente após pulverização e/ou injeção do desinfestante e dado o destino apropriado, acondicionada em invólucro hermético de forma a prevenir a eventual dispersão dos insetos não afetados pelo produto.

6.2. Controle de moscas e mosquitos

Definir o ingrediente ativo dos desinfestantes usados para moscas e mosquitos. O serviço consta da aplicação de desinfestante por pulverização nas áreas infestadas. Deve incluir locais como rodapés dos cômodos, sob mesas, atrás de armários etc.

6.3. Controle de Formigas do gênero *Atta*

Definir o ingrediente ativo dos desinfestantes usados para formigas do gênero *Atta* (Cortadeiras). O serviço consta da aplicação de desinfestante em pó, por fumigação, com o uso de equipamento manual ou fumigador a gasolina, conforme a necessidade e extensão do formigueiro, e/ou de aplicação de iscas granuladas.

6.4. Controle de Formigas de interiores; Baratas; Aranhas; Escorpiões

Definir o ingrediente ativo dos desinfestantes usados para os insetos especificados. O serviço consta da aplicação de desinfestante líquido ou em gel. O líquido deverá ser pulverizado nas áreas infestadas, em todos os rodapés de todos os cômodos e corredores das edificações e outros locais necessários, como frestas e juntas de dilatação. Deve atingir uniformemente os cômodos, móveis e equipamentos eletro/eletrônicos, inclusive ralos, bacias sanitárias, redes hidráulicas e sistema de esgoto em geral. Especial atenção deve ser dada para a aplicação do desinfestante em gel, de forma a atingir uniformemente todas as salas infestadas por baratas e formigas de interiores.

6.5. Controle de Vespas (Marimbondos)

Definir o ingrediente ativo dos desinfestantes usados para os insetos especificados. O serviço consta da aplicação de desinfestante líquido com pulverizador de alta pressão e posterior remoção dos ninhos.

6.6. Controle de ratos e ratazanas

Definir o ingrediente ativo dos desinfestantes usados para controle de ratos e ratazanas. Devido às peculiaridades inerentes a localização do Campus Central e de vários Campi, e da presença de animais silvestres nas imediações, quando aplicada em exteriores, só deverá ser utilizada armadilha para blocos parafinados de veneno, estruturada de forma a impedir ou dificultar o acesso de animais silvestres a esses dispositivos, que devem ser construídos tendo-se em mente esse detalhe. Em ambientes internos poderão, caso o responsável técnico da empresa avalie a sua biossegurança, ser utilizados raticidas em forma de iscas granuladas e pó aderente, em locais de difícil acesso, respeitando-se o cuidado com as pessoas que frequentam o local.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantidades foram levantadas levando-se em consideração a área construída das edificações em cada campi, bem como um acréscimo proporcional para áreas abertas (não construídas), a quantidade de aplicações por unidade varia entre 2(duas) e 4(quatro), a depender de cada edificação, no período de validade do contrato, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Estimativa de área de proteção a ser contratada.

Campus	Área construída (m²)	Quantidade de aplicações estimada	Área Total Anual (m²)
(A)	(B)	(C)	(D=B*C)
REITORIA	5.229,02	4	20.916,08
CAMPUS AVANÇADO NATAL - ZONA LESTE	3.170,31	4	12.681,24
CAMPUS AVANÇADO LAJES	8.256,41	4	33.025,64
CENTRO DE TECNOLOGIA E CULTURA "LUZIA VIEIRA DE FRANÇA" NA UNIDADE RIO BRANCO	3.464,67	4	13.858,68
CT MINERAL PROF. JOSÉ			

YVAN PEREIRA LEITE EM CURRAIS NOVOS	1.406,00	4	5.624,00
CAMPUS CIDADE ALTA	32.728,00	2	65.456,00
CAMPUS PARNAMIRIM	8.590,00	3	25.770,00
CAMPUS NOVA CRUZ	10.000,00	3	30.000,00
CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	11.000,00	2	22.000,00
CAMPUS CEARÁ-MIRIM	10.157,12	4	40.628,48
CAMPUS CANGUARETAMA	10.000,00	3	30.000,00
CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	11.189,61	4	44.758,44
CAMPUS MOSSORÓ	9.367,00	3	28.101,00
CAMPUS CURRAIS NOVOS	5.229,02	4	20.916,08
CAMPUS IPANGUAÇU	14.018,00	2	28.036,00
CAMPUS ZONA NORTE	10.907,00	4	43.628,00
CAMPUS NATAL-CENTRAL	40.962,00	4	163.848,00
CAMPUS APODI	16.850,71	4	67.402,84
CAMPUS SANTA CRUZ	14.424,27	4	57.697,08
CAMPUS JOÃO CÂMARA	12.000,00	4	48.000,00
CAMPUS PAU DOS FERROS	11.432,50	4	45.730,00
CAMPUS MACAU	7.322,25	4	29.289,00
CAMPUS CAICÓ	13.000,00	2	26.000,00
CAMPUS JUCURUTU	8.000,00	2	16.000,00
ÁREA TOTAL A SER CONTRATADA			919.366,56

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.268.725,85

Os custos anuais para a contratação pretendida foram estimados segundo as quantidades estimadas para cada campi, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Custo estimado da contratação.

Campus	Área Total Anual (m²)	Preço (R\$/m²)	Preço Total (R\$)
(A)	(B)	(C)	(D=B*C)
REITORIA	20.916,08	R\$ 1,38	R\$ 28.864,19
CAMPUS AVANÇADO NATAL - ZONA LESTE	12.681,24	R\$ 1,38	R\$ 17.500,11
CAMPUS AVANÇADO LAJES	33.025,64	R\$ 1,38	R\$ 45.575,38
CENTRO DE TECNOLOGIA E CULTURA "LUZIA VIEIRA DE FRANÇA" NA UNIDADE	13.858,68	R\$ 1,38	R\$ 19.124,98

RIO BRANCO			
CT MINERAL PROF. JOSÉ YVAN PEREIRA LEITE EM CURRAIS NOVOS	5.624,00	R\$ 1,38	R\$ 7.761,12
CAMPUS CIDADE ALTA	65.456,00	R\$ 1,38	R\$ 90.329,28
CAMPUS PARNAMIRIM	25.770,00	R\$ 1,38	R\$ 35.562,60
CAMPUS NOVA CRUZ	30.000,00	R\$ 1,38	R\$ 41.400,00
CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	22.000,00	R\$ 1,38	R\$ 30.360,00
CAMPUS CEARÁ-MIRIM	40.628,48	R\$ 1,38	R\$ 56.067,30
CAMPUS CANGUARETAMA	30.000,00	R\$ 1,38	R\$ 41.400,00
CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	44.758,44	R\$ 1,38	R\$ 61.766,65
CAMPUS MOSSORÓ	28.101,00	R\$ 1,38	R\$ 38.779,38
CAMPUS CURRAIS NOVOS	20.916,08	R\$ 1,38	R\$ 28.864,19
CAMPUS IPANGUAÇU	28.036,00	R\$ 1,38	R\$ 38.689,68
CAMPUS ZONA NORTE	43.628,00	R\$ 1,38	R\$ 60.206,64
CAMPUS NATAL-CENTRAL	163.848,00	R\$ 1,38	R\$ 226.110,24
CAMPUS APODI	67.402,84	R\$ 1,38	R\$ 93.015,92
CAMPUS SANTA CRUZ	57.697,08	R\$ 1,38	R\$ 79.621,97
CAMPUS JOÃO CÂMARA	48.000,00	R\$ 1,38	R\$ 66.240,00
CAMPUS PAU DOS FERROS	45.730,00	R\$ 1,38	R\$ 63.107,40
CAMPUS MACAU	29.289,00	R\$ 1,38	R\$ 40.418,82
CAMPUS CAICÓ	26.000,00	R\$ 1,38	R\$ 35.880,00
CAMPUS JUCURUTU	16.000,00	R\$ 1,38	R\$ 22.080,00
VALOR TOTAL			R\$ 1.268.725,85

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com o objetivo de permitir maior atratividade e concorrência, além de fomentar a participação de empresas locais, e ainda, buscando potencializar a economicidade, sugerimos que seja possibilitada a contratação mediante lotes de acordo com os municípios de cada campi do IFRN, a saber: Natal (Reitoria, Campus Avançado Zona Leste e CTC Luiza Vieira de França), Currais Novos (CT Mineral Prof. José Yvan Pereira Leite) e Lajes (Campus Avançado).

Para os órgãos participantes (demais Campi de IFRN): Cidade Alta, Parnamirim, Nova Cruz, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Canguaretama, São Paulo do Potengi, Mossoró, Currais Novos, Ipanguaçu,

Natal-Zona Norte, Natal-Central, Apodi, Santa Cruz, João Câmara, Pau dos Ferros, Macau, Caicó e Campus Avançado Jucurutu, serão organizado dentro dos 3 lotes.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando a natureza dos serviços em comento, bem como as características de sua execução, não há necessidade de contratação correlata ou interdependente. Contudo, é importante destacar que algumas atividades desenvolvidas nos diversos campi exigem o contínuo tratamento contra pragas e vetores como condicionantes, tais como nos restaurantes, almoxarifados, dentre outras localidades.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente demanda foi lançada integralmente no PGC 2024 desta instituição. Através do DFD 81/2023, UASG do DFD 158155.

A partir da demanda apresentada pretende-se assegurar para a Reitoria, Centro de Tecnologia e Cultura "Luzia Vieira de França" na Unidade Rio Branco, dos campi Avançados Natal - Zona Leste e Lajes e Centro Tecnológico Prof. José Yvan Pereira Leite da do IFRN, ações periódicas e proativas de controle de pragas e vetores, e através da sua eliminação periódica, o controle de animais potencialmente transmissores de antropozoonoses ou capazes de alguma forma de representar perigo aos seres humanos, proporcionando, desta forma, um ambiente saudável aos frequentadores desta instituição de ensino.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A partir da demanda apresentada pretende-se assegurar, para a Reitoria, Centro de Tecnologia e Cultura "Luzia Vieira de França" na Unidade Rio Branco, dos campi Avançados Natal - Zona Leste e Lajes e Centro Tecnológico Prof. José Yvan Pereira Leite, com ações periódicas e proativas de controle de pragas e vetores, e através da sua eliminação periódica, o controle de animais potencialmente transmissores de antropozoonoses ou capazes de alguma forma de representar perigo aos seres humanos,

proporcionando, desta forma, um ambiente saudável aos frequentadores desta instituição de ensino.

13. Providências a serem Adotadas

É importante que sejam definidos previamente servidores para a fiscalização dos serviços contratados para cada um dos campi.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente. A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada. Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.

A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.

A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico. Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde/ANVISA.

Durante a execução de serviços de dedetização, a Empresa contratada deverá adotar medidas necessárias para minimizar impactos ambientais. Logo, durante as atividades deve-se dar a devida atenção, no sentido de evitar risco de contaminação, quando ocorrer aplicação de químicos em regiões onde o lençol freático for muito próximo do nível do solo, áreas de preservação ambiental, áreas de mananciais e áreas onde há tratamento de esgoto individual, como as fossas sépticas. Após as atividades, deve

condicionar devidamente os recipientes dos químicos e dar a destinação adequada, conforme legislação vigente.

Além disso, no sentido de evitar intoxicações, deve ser definido e respeitado rigorosamente o prazo de reutilização/reocupação das áreas onde houve intervenção, para cada tipo de serviço, resguardando a saúde e bem estar das pessoas e animais que ali frequentam ou estão instalados, consoante com o ingrediente ativo utilizado no serviço. Desse modo, tem-se uma forma de melhor atender às pessoas hipersensíveis e/ou alérgicas, devem ser utilizados.

Além dos cuidados com a comunidade beneficiada pelo serviço prestado, a contratada deve ficar atenta aos impactos ambientais que podem atingir o próprio corpo técnico. Logo, a contratada deve observar os aspectos de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores, processamento de produtos de saúde e destinação ambiental de resíduos de saúde. Assim, a contratada exercerá:

- a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
- as boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa);
- a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução n. 358 /2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – ANVISA);
- a utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de uma empresa especializada em serviços de controle de vetores e pragas urbanas visa, através da sua eliminação periódica, controlar animais potencialmente transmissores de antropozoonoses ou capazes de alguma forma de representar perigo aos seres humanos, proporcionando, desta forma, uma ambiente saudável à toda a comunidade acadêmica. A contratação poderá ser feita em lotes de acordo com a localidade de cada campus, ou por agrupamento de campi, levando o aumento de concorrência,

a economia de escala e maior controle sobre execução de instalações e pessoal das áreas citadas no objeto. Desse modo, com base nos elementos anteriores desse estudo técnico, entendemos que há viabilidade na contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLAUDIO MANOEL BESERRA FILHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/12/2023 às 14:37:38.

EMANUEL HENRIQUE GOMES PAIVA

Membro da comissão de contratação

JADER LUIZ LIMA DE FREITAS

Membro da comissão de contratação

ELTON DA SILVA FREITAS

Membro da comissão de contratação

POLLYANA DE CARVALHO MEDEIROS

Membro da comissão de contratação

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar - 191/2023

Assunto: Estudo Técnico Preliminar - 191/2023
Assinado por: Claudio Filho
Tipo do Documento: Estudo preliminar - contratos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Claudio Manoel Beserra Filho, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 21/12/2023 15:26:05.

Este documento foi armazenado no SUAP em 21/12/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1650798
Código de Autenticação: 3676539ae5

